

PARLAMENTARISMO E PRESIDENCIALISMO NA REPÚBLICA BRASILEIRA*

Sylvio Romero**

Sr. Conselheiro.

O presidencialismo americano que, na frase de Alexandre Dehaye, se afastou do ideal da forma republicana moderna, não constitui um progresso, nem representa um avanço sobre o parlamentarismo. É um velho representativismo das treze colônias inglesas da América do Norte, da falta de exato conhecimento da organização britânica, e da influência desarrazoada das exagerações de Montesquieu.

O parlamentarismo, em sua fórmula completa, é um produto histórico mais recente; porquanto, na sua radical integração, é filho dos últimos anos do século passado e das primeiras décadas do atual.

O presidencialismo já era uma realidade prática na grande república norte-americana, quando abriu-se o ciclo de constitucionalismo representativo parlamentarista, que interessou as principais nações de nosso tempo.

Cesse, pois, essa leviana louvaminha do presidencialismo, como a mais adiantada das concepções políticas dos povos modernos. É can-

* Esta é a 2ª de uma série de 8 cartas enviadas a Rui Barbosa com o fito de persuadi-lo a adotar uma postura parlamentarista. In: Sylvio Romero. *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*, 3ª ed. Brasília/FUNCEP, 1987; 1ª ed. 1893; 2ª ed. 1979.

** Sylvio Romero destacou-se como um dos principais críticos e historiadores literários do Brasil do final do século passado e começo deste. Também tornou-se famoso como polemista de ampla e clara visada, debatendo questões políticas e culturais. Faleceu em 1914.

tilena que não tem por si nem a história, nem a doutrina.

Não basta, porém, Sr. conselheiro, ficar nesta ordem de considerações de índole geral; indispensável se torna penetrar no âmago do sistema, mostrar o carcoma que o corrompe, patentear sua imprestabilidade no Brasil.

No desempenho de concerrar o debate, correndo mesmo o risco de imprimir a estas despreziosas cartas um cunho didático, vamos dispor em linha os defeitos da doutrina política adotada por nosso pacto republicano, defeitos que constituem outros tantos argumentos contra ela e em favor da teoria oposta. É preciso falar também para o povo e procurar ser claro.

Eis aqui; o regímem presidencial tem os seguintes defeitos:

a) é chegado ao militarismo, especialmente entre nós, e é muito jeitoso para o manter indefinidamente;

b) é uma espécie de ditadura, nomeadamente entre os povos latinos da América, tendo todos os vícios desta modalidade de moléstia política;

c) por uma péssima compreensão da divisão e harmonia dos poderes públicos, não tem a maleabilidade, o elastério indispensável ao jogo político da democracia moderna, tornando-se um viveiro de revoluções armadas das quais as repúblicas americanas oferecem exemplos diários, já inumeráveis, e de que o nosso Brasil já conta com tristíssimos casos;

d) acumula abusos incontrastáveis pela irresponsabilidade e indiscussão em que se acha abroquelado;

e) tira a força e o prestígio ao poder legislativo, e ao mesmo tempo a respeitabilidade ao executivo;

f) por falta de cenário, de discussão, de luta das idéias, é um regímem apropriado a elevar e manter no poder indivíduos medíocres, apenas hábeis em curvar a espinha aos caprichos do presidente;

g) sofre de todos os vícios, e até mais agravados, dos manejos eleitorais, sem as suas vantagens;

h) não tendo necessidade senão de poucos agentes, não tendo que dar satisfação às grandes correntes da opinião representadas nas assembleias, é próprio para manter-se pela corrupção, contra a vontade do país;

i) na geral indisciplina e desorganização do carácter brasileiro, resvala facilmente para o despotismo;

j) estando divorciado, por vícios de sua origem militar, da massa do nosso povo, não tem meios de atrair, por sua natural tendência de viver à parte, sem precisar de atender, como se sabe, às aspirações da opinião;

k) tem contra si a índole de nosso povo, no que ela tem de mais liberal, as suas tradições, no que ela tem de mais seletivo;

l) é antipático e suspeito à democracia, feição geral da vida contemporânea, pelo aferra com que o defende o doutrinário compressor e ditatorial dos positivistas.

Vosso atilado espírito, vossa lúcida e perspicaz inteligência, Sr. conselheiro, bem vos estará mostrando que, por enquanto, é bastante a explanação desta dúzia de defeitos, só remediáveis para *um povo cheio de virtudes cívicas*, o que não é absolutamente o nosso caso, para justificar o anelo de muitos republicanos patriotas que anseiam por estabelecer no Brasil uma república, firme, livre, popular, democrática.

Estas contas são pesadas; mas vale a pena desfiá-las por amor a este país. Peguemos no rosário e lá vai o primeiro padre-nosso: *o regímem presidencial é fácil de descambar para o militarismo, máxime entre nós, e muito jeitoso para o manter indefinidamente.*

Quem enuncia uma tese destas é imediatamente assaltado por tantas provas, que sente apenas dificuldade na escolha.

Toda a história das repúblicas espanholas aí chega em nosso socorro. Caudilhos arrogantes, senhores da força armada pela habilidade de seus manejos, desobrigados de manter uma administração contrastada pelas câmaras, têm sempre nessas regiões assentado barraca nas cumiadas do poder, e onde só se deixaram rechaçar por outros guerrilheiros oportunamente mais hábeis, ou mais felizes.

E esse fato anormalíssimo não é devido somente ao caráter irrequieto daquelas gentes, como afoitamente, levemente temos por hábito dizer.

Nosso caráter nacional não é menos inconstante e indisciplinado, seja dito desde logo, e cumpre acrescentar que ali, como aqui, o próprio sistema do regímem político ajuda a elas e ajuda-nos a nós nessas terríveis agitações.

Um regímem político, onde o chefe do Estado é de fato um ditador, cercado de auxiliares irresponsáveis sem a mais leve obrigação de dar ao país a menor satisfação de seus atos, abroquelado no supremo desdém que lhe é outorgado pela própria constituição, tendo os pés fincados na força armada, que se move ao seu aceno, senhor de um poder discriminário, enorme, limitado em seu mando, ele o chefe, apenas pela responsabilidade teórica e pihérica dos processos fantasiosamente ideados na carta política, é naturalmente, irremediavelmente um capitão de *militarismo*, que a própria lei suprema aparelha.

E se acontece que a república foi feita com o auxílio da força pública; se ela foi ajudada por uma revolta armada; se ela já teve dois presidentes militares; se esta classe teve força e habilidade para levar algumas dúzias de seus camaradas ao senado e à câmara dos deputados;

se ela teve jeito para, em vinte governadores de estados, tirar mais de metade de seu seio; se ela tem alastrado por toda a administração pública; se ela, obedecendo aos acenos do presidente, pôs os fuzis ao serviço da derrocada dos governos estaduais, temos bem fundados motivos, Sr. conselheiro, para desconfiar de que o nosso presidencialismo é um *guapo aliado do militarismo*, e de que os dois amigos não se separarão facilmente.

Não fantasiemos; os fatos falam. Nos Estados Unidos, onde a república nasceu com a causa santa da independência, onde não existem exércitos que mereçam tal nome, não passando eles de uma perfeita *gendarmaria*, onde o gênio industrial e prático do povo opõe-se quase insuperavelmente ao vício do *militarismo*, ali onde a república brotou naturalmente do solo da história, onde não foram precisas baionetas para expulsar imperadores, onde a posição privilegiada do país entre dois oceanos, sem vizinhos poderosos e ameaçadores, dispensa quase totalmente a força armada, o perigo não tem deixado por vezes de ser uma realidade, a ponto de despertar a atenção dos observadores imparciais.

"Os americanos, escreve *Boutmy*, têm mostrado tanto ou mais gosto do que qualquer outra nação pelo renome e os europeus militares; já se disse, com razão, que nunca houve uma guerra dos Estados Unidos que não tenha feito seu presidente. Em vinte e quatro eleições presidenciais, o exército forneceu *dez candidatos felizes e quase igual* número de candidatos se aproximaram da vitória. Em um país como a França, este concurso dez vezes repetido do sufrágio da população e das aclamações de um exército profissional, animado pelas recordações de uma vitória recente, teria submetido os personagens eleitos a tentações demasiado fortes para a fraqueza humana e *criado pelo menos dois ou três Césares...*"

E em nosso Brasil o gênio do povo de quem se aproximará mais — do francês ou do americano? Cuidado com os Césares, com os ditadores de quaisquer nomes ou feitos...

O vosso talento insigne suprirá tudo quanto era possível dizer nessa direção, tudo que deixamos calado pela urgência de ser conciso, pela necessidade de não ser inconveniente.

É acertado ir adiante e tocar no segundo vício:

O presidencialismo é uma espécie de ditadura, nomeadamente entre os povos latinos da América, e sistema cheio de todos os vícios desta casta de moléstia política.

Este defeito pode parecer uma simples variante do primeiro; porém em rigor é bem diverso e muito mais amplo. O cunho ditatorial do regime presidencial é mácula que ele representa quase sempre e por toda a parte, ainda que não chegue ao extremo do militarismo desbragado.

Que vem a ser esse desrespeito diário pela lei, pela constituição

acintosamente rasgada a toda hora? Esse desembaraço em intervir na vida interna dos Estados, depondo governadores, congressos, tribunais, magistraturas? Essas reformas bancárias, extralegais, quando no parlamento discutia-se o assunto, discussão que se fez sustar maquielicamente? Esses escândalos eleitorais, sem receio de menor censura? Essas ajudas de custo, esses presentes dos dinheiros públicos aos amigos, ferindo de frente os orçamentos? Essa caçada de homens, esse recrutamento expressamente abolido na constituição, ressuscitado até dentro da Capital da República, em desprezo covarde à liberdade do cidadão? Esses abusos administrativos caprichosamente praticados em desrespeito aos mais comezinhos direitos do público e para gáudio dos apaniguados da charanga governamental? Que foi quase todo o governo do Sr. Deodoro, seus desatinos *araripeanos* nas finanças, sua política reacionária, seu golpe de estado? Que outra coisa é essa gestão inqualificável, indefinível do Sr. Floriano, reformando generais, ministros do Supremo Tribunal, demitindo, por desacordo político, funcionários vitalícios? Que outro nome pode ter em língua humana todo esse *balmacedismo* crudelíssimo que está trucidando o Rio Grande do Sul, a não ser de ditadura, a férrea *ditadura* dos governos ineptos e malignos?

A república precisa de mais tino, mais respeito à lei, mais liberdade, mais sentimento do dever, mais largueza de ânimo, mais espírito de concórdia, mais fraternidade.

Em seu falso plano, seu desjeitoso anelo de ter auxiliares submissos nos Estados — o presidencialismo não quis atender à opinião, desprezou, atacou, feriu as influências locais. Levantando, como arma de ocasião, como espantalho vistoso, *o fantasma do sebastianismo*, machucou as influências provincianas, que deviam ser aproveitadas, fez inimigos de homens que poderiam ser auxiliares, ótimos auxiliares da República, com o seu prestígio, com a sua experiência.

Partindo da ilusão do perpétuo sustentáculo das gentes militares, supondo ingenuamente poder viver no ar, sustentado nas pontas das baionetas e nas bocas dos canhões, acreditando infantilmente poder viver divorciado da nação, das classes operárias, das classes industriais, das classes conservadoras, caindo na disparatada crença de ser praticável operação de reduzir um povo inteiro à seleção de um só grupo, um só grêmio, reduzindo a esfera do governo a uma região asfíxiante, onde falta o ar, consumido pelo pneumatismo específico que lhe é inerente, o regímen presidencial, por vícios intrínsecos e por achaques de origem, é inábil, ineficaz, imprestável para fundar no Brasil uma república democrática, livre, que a todos possa abrigar, que a todos chame à colaboração da grande obra de nossa regeneração.

O sistema decaído é para a nação uma recordação aflitiva, uma página da nossa vida que já foi volvida, que já está fechada e deve ficar perpetuamente na posição em que os acontecimentos a deixaram.

A monarquia brasileira, mais ainda do que a monarquia francesa, é

uma condenada da história e uma galé da política. Mas só a república parlamentar, a república vazada nos moldes franceses a poderá firmemente substituir.

Os dois povos têm certos pontos de contato, as suas condições anteriores certas analogias, que os políticos experimentais e práticos não podem desprezar sem erro palmar.

Desfiemos por agora, Sr. conselheiro, ainda e só, a terceira conta do nosso rosário:

O sistema presidencial, por uma péssima compreensão da divisão dos poderes constitucionais, não tem a maleabilidade indispensável ao jogo político da vida democrática moderna, e converte-se em um viveiro de revoluções.

Esta crítica irresponsável não é feita por nós; está em todos os lábios e lê-se em todos os livros que tratam do regime norte-americano.

É tão poderosa na sua simplicidade, tão evidente no seu conteúdo, que não há possibilidade de a esconderem, ou a dissimularem.

A razão de ser de todo governo, seu princípio justificativo e fundamental é a salvaguarda dos direitos de todos e a garantia da ordem pública.

Por isso o engenho dos homens, amadurecido pelas lições da história, tem procurado estabelecer aquelas formas governamentais em que os conflitos sejam mais facilmente conjurados.

Em todo o regime político há duas espécies de conflitos: os dos governados uns com os outros ou com a administração pública, e os dos próprios poderes governamentais entre si. Os primeiros são inevitáveis, originam-se naturalmente das relações humanas na luta pela vida social; cabem todos na alçada das leis civis e penais.

Os outros devem ser evitados, é da obrigação de todo o governo sensato evitá-los, e falha ao seu mais elementar *desideratum* o sistema político que os não resolve pacificamente.

As questões mais graves podem aparecer exatamente entre o poder que representa o povo e legisla em seu nome e o poder que se acha à frente da administração pública. O regime das monarquias absolutas solvia ilusoriamente a dificuldade, concentrando nas mãos dos reis os dois poderes; mas o conflito que se não dava entre o chefe do Estado e os representantes do povo, que não existiam, dava-se diretamente entre o monarca e os seus súditos.

Que fez, nesta emergência, o sistema presidencial americano?

Tomou ao pé da letra o exagero, o excesso da separação dos poderes em Montesquieu e afastou um do outro completamente os dois poderes capitais do Estado.

Não era isto o que deveria se ter feito; e a ilusão teórica do célebre

autor do *Espírito das Leis* é fácil de ser explicada.

Saindo de um país de regímem absoluto, quase despótico, a procurar lições para o seu patriotismo contristado na Inglaterra, ele que via na sua pátria da concentração de todos os poderes na mão do rei originar-se a falta de liberdade e a sujeição geral e viu na Grã-Bretanha a separação harmoniosa dos elementos constitutivos do Estado e presenciou a vida livre deste povo exemplar, concluiu que esta vinha pura e exclusivamente da admirada separação. Daí o seu culto excessivo por este fenómeno político; daí a sua visão de ter chegado além do alvo justo e preciso.

Por esta, além de outras causas que já deixamos rapidamente indicadas, o regímem americano saiu fora do genuíno parlamentarismo e inaugurou esse representativismo falho, que é, como dissemos, um curioso viveiro de conflitos. Será preciso citar fatos? Será preciso lembrar as lutas da República Argentina, do México, do Peru, da Bolívia, do Equador, de todas as repúblicas espanholas? Será necessário recordar aquela sangrenta hecatombe que assolou o Chile com Balmaceda? Será indispensável lembrar que nós mesmos já tivemos um presidente que vetava caprichosamente os atos do congresso, por que, por outro lado, este legislava caprichosamente para ferir o chefe da nação?

Será mister repetir aqui o haver desse conflito permanente nascido o golpe de estado de 3 de novembro de 91, que originou a revolução de 23, que deu origem às deposições de governadores, que foi a causa da nossa atual anarquia geral, que é o nascedouro da luta do Rio Grande do Sul, que é atualmente a fonte de todas as nossas misérias?

Creemos, ilustre conselheiro e amigo, ser conveniente poupar à nação estas tristes recordações, sendo, porém, mais conveniente ainda preparar-lhe o terreno para a posse de si mesma e para entrar na investidura de um governo digno e sério.

Obras principais do Autor: *Contos populares do Brasil* (antologia), 1883; *Estudos de Literatura Contemporânea* (1885); *Ensaio de crítica parlamentar* (1883); *História da Literatura Brasileira* (1888); *Ensaio de sociologia e literatura* (1901); *Outros estudos de literatura contemporânea* (1905); *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira* (1893); *Folclore brasileiro* (1954 — reed.)

Obs: Todas as informações para a feitura das notas biográficas da seção "Documentos" foram extraídas das obras:

— Afrânio Coutinho — *Brasil e Brasileiros de hoje* — 2 vols. Rio de Janeiro, Edit. Sul Americana, S/A, 1961.

— Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coord.) — *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1933*, 4 vols., FGV, Cpdoc, Forense-Universitária, Finep, Rio de Janeiro, 1984.

— Otto Maria Carpeaux — *Pequena Bibliografia crítica da Literatura Brasileira*, 3ª ed., Ed. Letras e Artes. Rio de Janeiro, 1964.